



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA.... VARA  
CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA, ESTADO DE RORAIMA.**

**JHONNY DA SILVA RIBEIRO**, brasileiro, solteiro estudante, menor impúbere, Inscrição no CPF sob nº 049.775292-19, nesta ato representado por sua genitora a Senhora: **DAIANE DA SILVA NASCIMENTO**, brasileira, autônoma, portador da cédula de identidade nº 391811-4 SSP/RR e Inscrição no CPF sob nº 539.250.412-49, ambos residentes na Rua: Cassiterita nº 177, Bairro: Joquei Clube, CEP: 69.313-098, nesta cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, por seus advogado *in fine* assinado (procuração anexa), vêm perante a ilustre presença de Vossa Excelência, propor a presente





## AÇÃO DE COBRANÇA

em face da empresa **LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, CNPJ 09.248.608/0001-04, localizada no endereço Av. Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP. 20031-205, Tel. 21-3861-4600, tendo em vista as razões de fato e de direito a seguir:

### PRELIMINARMENTE

#### DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

O Requerente não tem condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do seu sustento e de sua família. Nese sentido junta-se declaração de hipossuficiência.

Por tais razões, requer os benefícios da justiça gratuita, assegurados pela Constituição Federal, artigo 5º LXXIV da CF/88 e pela lei 13.105/2015, artigo 98 e seguintes do CPC.

### DOS FATOS

O Autor já devidamente qualificado e filho da vítima: **LEANDRO SAGICA RIBEIRO**, falecido em 05.12.2014, vítima de acidente de trânsito ocorrido em 22.11.2014, conforme, (**boletim de ocorrência nº 36446 E / 2014**), em anexo cópia.

Após o acidente o Sr. **LEANDRO SAGICA RIBEIRO**, foi encaminhada ao Trauma do HGR, falecendo no dia 05.12.2104, naquela unidade Hospitalar, conforme (**certidão de óbito e termo de liberação**), em anexo cópias.

Salienta-se que o direito do Autor, consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório de DPVAT, sendo lhes devido o valor de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente e a morte.

Contudo, em **01/04/2020**, a autor surpreso ficou ao descobrir que tal pleito fora negado pela seguradora, conforme (**carta de negativa**),

*Avenida General Ataíde Teive, nº 2748 – A, Bairro: Liberdade, Boa Vista/RR, (95) 99171-7145 98100-7145  
E-mail: marlondantasadvocacia@gmail.com*



**ADVOCACIA**  
CONSULTORIA & ASSESSORIA JURÍDICA

em anexo cópia.

Destarte que o autor em prazo legal realizou o envio de toda documentação exigida pela seguradora ré para recebimento de indenização pela morte de seu pai, recebendo inclusive o sinistro de nº **3150077526**, que seria a identificação do pedido de indenização, no entanto nunca parecia suficiente, havendo sempre solicitação de novos documentos para suprir exigências da requerida, conforme (**posição em 11.02.2015, posição em 29.01.2015**), em anexo cópias.

Desse modo o requerente apresentou todos os documentos que comprovariam a morte de seu genitor e automaticamente o qualificaria como beneficiário do seguro DPVAT, no entanto é possível identificar na pendência solicitada pela requerida que os documentos nunca lhe pareciam suficiente para comprovar a morte por acidente da vítima, chegando a requerida ao ponto de colocar em dúvida tanto a morte do senhor **LEANDRO**, como a veracidade do acidente, (**documentos**), em anexo cópias

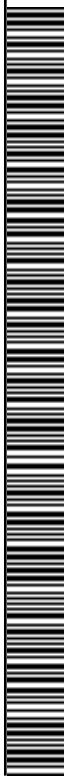
Oportunamente no ano de 2017, o requerente fez novo envio de documento a pedido da requerida, para que então seu pedido fosse aprovado e liberado, documentos estes para atualizar seu pedido, vez que os formulários anteriormente enviados precisariam ser atualizados, a assim o fez com a esperança de finalmente ver sua indenização recebido, o que restou em mais uma frustração ao requerente, conforme, (**declaração de herdeiros, declaração de prevenção à lavagem de dinheiro e autorização de pagamento de sinistro**) em anexo cópias.

Excelência, aquilo que serviria de consolo pela perda de seu pai tornou-se uma via sacra, **o direito virou drama**, isso tudo pelo excesso de burocracia do DPVAT, bem diferente do que a requerida divulga na mídia nacional.

Seguradora:

**“SEGURO DPVAT”** rápido e simples...

Denota-se legítimo o dever da Ré em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, ora pleiteada, visto que a mesma pertence ao rol de seguradoras que compõem atualmente o Consórcio referente ao Convênio DPVAT.





## DO DIREITO

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974, pela Lei Federal nº 6.194, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de **MORTE, INVALIDEZ e DAMS**.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

“Art. 2º – Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº.”. 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea “I” nestes termos:

Art. 20, I – Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas não transportadas ou não.

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médicas e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

**I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;**

Art. 4º – A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos o pagamento será feito diretamente a vítima na forma que dispuser o **Conselho Nacional de Seguros Privados**.

Assim, resta claro que o requerente deve ser indenizado pelo seguro, como medida de direito, visto ser **filho** sobrevivente da vítima.

Neste sentido, vejamos nossa Jurisprudência:

**APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA  
SECURITÁRIA DPVAT - INDENIZAÇÃO POR  
MORTE BOLETIM DE OCORRÊNCIA**



**ADVOCACIA**  
CONSULTORIA & ASSESSORIA JURÍDICA

IRRELEVÂNCIA JUNTADA DE DOCUMENTO HÁBIL A DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E O DANO ALEGADA CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO A QUO EDIÇÃO DA MP Nº 340/2006 MERA RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA EM RAZÃO DA DEPRECIAÇÃO INFLACIONÁRIA RECURSO DESPROVIDO. (TJPR -

8771997 PR 877199-7 (Acórdão) TJPR).  
EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE TER O SEU TERMO INICIAL DE INCIDENCIA A PARTIR DA DATA DO ÓBITO VERBA INDENIZATORIA QUE DEVE SER FIXADA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO EM VIGOR NA DATA DO FALECIMENTO DA VÍTIMA RECURSOS IMPROVIDOS. (TJSP - Apelação APL 9196426172009826 SP 9196426-17.2009.8.26.0000).

É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela **resolução 1/75 do CNSP**. Vejamos o seguinte julgado:

EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veiculo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:



**ADVOCACIA**  
CONSULTORIA & ASSESSORIA JURÍDICA

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

**DO DESCUMPRIMENTO A RESOLUÇÃO Nº 332/2015 DO (CNSP).**

O artigo 14, da resolução do (**CNSP**), dispõe que caso seja detectado falha, de ordem formal, em um dos documentos mencionados no artigo anterior desta Resolução ou a existência de indícios de fraude, deverá a seguradora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da documentação, **notificar o interessado, com aviso de recebimento**, solicitando os documentos ou esclarecimentos necessários à elucidação dos fatos.

Afirma ainda no artigo 16, da resolução (CNSP), que uma vez esclarecidos os fatos ou sanada, pelo interessado, a **falha indicada na notificação expedida pela sociedade seguradora**, esta deverá **pagar** a indenização no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da resposta.

Excelência, claro como o sol que brilha ao meio dia que demonstrado ficou á verdadeira intenção da requerida que não fez nem uma coisa e tão pouco outra, descumprindo resolução do **Conselho Nacional de Seguros Privados**, que expressamente manda **NOTIFICAR** o interessado e não **NEGAR** o pedido de indenização da vítima ou beneficiários para os casos de MORTE ou INVALIDEZ.

Desse modo, recorremos ao Poder Judiciário com a esperança de resolução desta causa.

**DA PERÍCIA**

Deixa de requerer perícia e, conseqüentemente, de formular quesitos periciais, por motivo de óbito do periciado, não havendo necessidade para tal.

**DA LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ**

**ADVOCACIA**  
CONSULTORIA & ASSESSORIA JURÍDICA

O requerente vem a presença de vossa excelência requerer aplicação da litigância de má fé a parte requerida, vez que deixou de cumprir preceito legal regulamentado por lei específica que regula o seguro obrigatório DPVAT, para os casos de **MORTE**, **INVALIDEZ** e **DAMS**, as vítimas de acidente de trânsito no Brasil.

Art. 79 NCPC.

Responde por perdas e danos aquele que litigar de má fé como autor, réu ou interveniente.

Art. 80 NCPC.

Considera-se litigante de má fé aquele que:

**I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;**

**II - alterar a verdade dos fatos;**

**III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal;**

**VI - provocar incidente manifestadamente infundado;**

**VII- interpuser recurso com o intuito manifestadamente protelatório.**

Art. 81 NCPC.

De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.

Ora Excelência, a seguradora ré além de descumprir a lei 6.194/1974, que garante indenização no valor de R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS) as vítimas de acidente de trânsito no caso específico os herdeiros do falecido: **FRANCISCO WALLESTY MATTOS DE OLIVEIRA**, preferiu negar o pedido do autor, mesmo sabendo que seu ato poderá resultar em condenação judicial.

Destarte que toda documentação foi recepcionada pela parte requerida gerando assim o sinistro **3180521191**, que a partir de então passaria a ser a identificação do pedido de indenização junto a seguradora, **no entanto preferindo a parte ré fazer diversas solicitações de documentos chegando ao ponto de negar o pedido de indenização do autor**, descumprindo assim direito expresso em lei específica, que deixa claro que basta simples prova do acidente para recebimento da indenização.





## DO PEDIDO

Diante do exposto, seguindo a causa pelos ditames do NCPD,  
REQUER-SE:

- a) Sejam concedidos aos requerentes, os benefícios da Justiça Gratuita, assegurados na Constituição Federal, artigo 5º LXXIV da CF/88 e pela lei 13.105/2015, artigo 98 e seguintes do CPC;
- b) A citação da reclamada para, se quiser, responder aos termos da presente sob a pena de revelia, contudo, **DISPENSA A DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**, nos termos do art. 334, § 4º, I e § 5º, CPC;
- c) Seja a requerida condenada a litigância de má fé por descumprimento de preceito legal e expresso em legislação específica no ordenamento jurídico brasileiro;
- d) Seja julgado **PROCEDENTE** este pleito, com a condenação da Ré ao pagamento de **R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais)**, acrescentando-se, de juros à base de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IPCA-E, incidentes desde o ilícito praticado até o efetivo cumprimento da obrigação em razão do pagamento a menor do DPVAT;
- e) Seja a requerida condenada a pagar honorários sucumbenciais nos patamares de 20% da condenação.

Protesta provar o alegado através de todos os meios de prova em Direito admitido, especialmente pelos documentos inclusos, e prova testemunhal.



**ADVOCACIA**  
CONSULTORIA & ASSESSORIA JURÍDICA

Dá-se a causa o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).**

Termos em que,

P. E. Deferimento.

Boa Vista-RR 17.04.2020

(Assinado Eletronicamente)  
**MARLON TAVARES DANTAS**  
**OAB/RR 1832**

